

Pacote põe fim a 30 anos de indexação da economia

A desindexação gradual da economia foi iniciada ontem. Com a edição de medida provisória, o governo acaba com o reajuste automático dos salários pela inflação do mês anterior e institui a livre negociação entre patrões e empregados.

O governo manteve o reajuste trimestral da Ufir — de correção dos impostos — que somente em janeiro de 96 passará a ser semestral. Serão, então, extintas as unidades monetárias de contas fiscais dos estados e municípios.

A MP mantém o prazo mínimo de um ano para a correção dos contratos, que poderão ser reajustados com base em índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção.

Para induzir o mercado financeiro a operar com prazos mais longos, o governo criou uma nova forma de aplicação: o Depósito de Reaplicação Automática

(DRA), que terá prazo mínimo de 90 dias para rendimento e rentabilidade dada pela Taxa Básica Financeira (TBF).

A caderneta de poupança tradicional continuará existindo, bem como a Taxa Referencial (TR). O governo, porém, aumentou — de 1% para 2% — o redutor da TR.

Foram mantidas as aplicações de curto e curtíssimo prazos no mercado, como também as operações do Fundo de Aplicação Financeira (FAF) e do Fundo de Commodities.

O Conselho Monetário Nacional

(CMN) autorizou a captação de recursos externos para a construção de moradias e criou a poupança vinculada, financiamentos destinados à habitação.

Malan — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, negou que o governo tenha criado regras diferentes para salários e contratos: “Não é correto que o salário é o único que perdeu a garantia de reajuste por índice de preços”.

Durante entrevista coletiva, ao lado dos ministros do Planejamento, José Serra, e do Trabalho, Paulo Pavi-

va, além de o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, Malan citou o artigo 9º da MP, que assegura aos trabalhadores o resíduo da inflação medida pelo IPC-r.

“A fórmula que adotamos é de uma gradual transição na direção da livre negociação”, afirmou Malan.

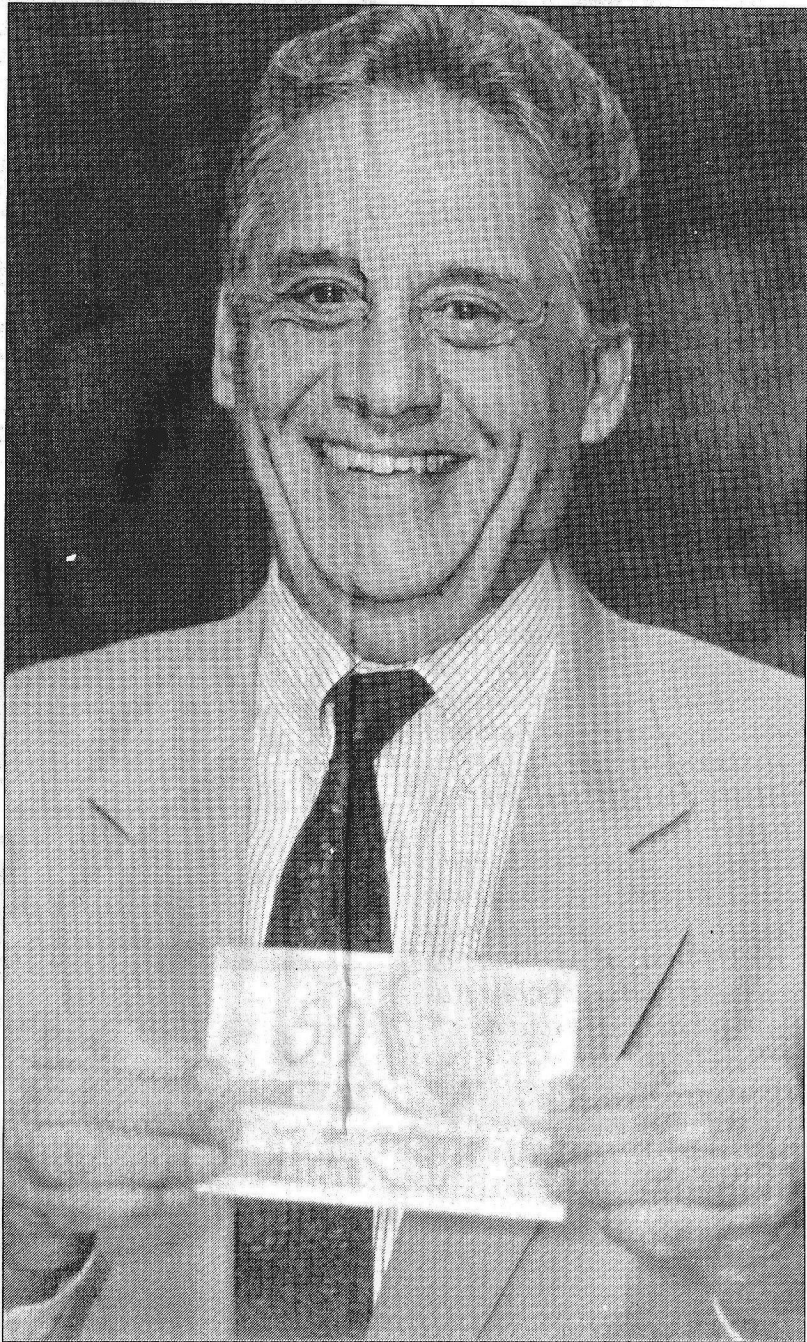
Para Serra, a MP é coerente com os objetivos

de acabar com as correções automáticas de preços pela inflação passada: “Continuamos buscando formas para que a inflação de hoje fique livre da inflação de ontem”.

Já Gustavo Loyola destacou que as aplicações financeiras de curtíssimo prazo não foram afetadas, nem a desindexação foi inteiramente proibida, porque o governo espera caminhar nessa direção de forma gradual.

“Essa passagem precisa ser gradativa para que possamos proteger a poupança financeira”, afirmou Loyola.

Fotos: Eraldo Peres



Fernando Henrique: confiança no sucesso da segunda fase do Plano Real

*“A fórmula
que adotamos
é de uma
gradual
transição na
direção de uma
livre negociação”*

Pedro Malan,
Ministro da Fazenda